

CLIPPING

07 de Setembro de 2018
O Liberal – Atualidades, 10

Prédio concentra documentação histórica do período colonial e peças raras

De acordo com o diretor do Arquivo Público do Pará, o historiador Léo Tori, o público predominante do espaço são pesquisadores, profissionais e estudantes de cursos como História, Antropologia, Sociologia, da graduação ao doutorado. Praticamente, toda a documentação do período colonial no Pará está sob a guarda do Arquivo Público, na travessa Campos Sales, no coração do comércio de Belém.

Além dos acadêmicos, um outro público frequenta com certa assiduidade o local: pessoas atrás de documentos para provas legais, a exemplo das Cartas de Sesmarias, sistema da Coroa Portuguesa que loteava e distribuía as terras de suas colônias na América, a um beneficiário, em nome do rei de Portugal.

“Se você quer tirar uma dupla cidadania, você precisa mostrar que seu ascendente desembarcou em Belém. Onde estão esses documentos? Aqui. Passaportes estão aqui. Você quer regularizar terras, você tem de ver se as terras foram doadas pelo rei de Portugal. As Cartas de Sesmaria estão com a gente e têm valor jurídico até hoje. As cartas são os únicos registros de terras, possíveis”, frisou o historiador.



Diretor do Arquivo Público, **Léo Tori** diz que digitalização é lenta mas necessária

VALIOSOS

OAP guarda a Ata da Adesão do Pará à Independência do Brasil, em exposição em seu salão de entrada. Também há documentos que mostram como era a vida em Belém no século 17, logo após a fundação da cidade em 1616. O documento mais antigo é de 1649, um regimento, uma espécie de regulamento sobre como o governador deveria proceder.

“A vida, as relações sociais, os problemas de Belém, a violência contra a mulher, estão

aqui. Os autos de liberdade, documentos que mostram a resistência negra e indígena, como eles reagiam à escravização, é claro que sob a voz do branco, porque são documentos oficiais, mas nesses documentos aparecem as histórias das minorias. É preciso ter todo um cuidado ao ler esses documentos. Hoje, eles são a única forma de a gente poder ver essas minorias ao longo da história”, enfatizou o diretor.

Ele garantiu que quase todo o arquivo policial da cidade nos sé-

culos 19 e boa parte do 20, estão guardados no Arquivo Público. Também os prontuários do Hospital Juliano Moreira com seus tratamentos, medicação e os sintomas dos pacientes. Do século 21, já há documentos, que ainda aguardam a temporalidade exigida por lei específica para serem disponibilizados ao público.

“Belém no Brasil Colônia, Império e República está presente nessa documentação. Um incêndio e tudo se perderia. Além do AP, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará tem um

acervo dos períodos históricos imperial e republicano. Uma documentação impressionante, de valor imensurável, que precisa urgente de melhor preservação”, disse Tori, informando ainda que o Centro de Memória da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem um importante acervo do Tribunal de Justiça do Pará.

Para Tori, mais do que guardar papel, o Arquivo Público quer guardar as informações. Ele comentou que uma boa política de conservação investe na mudança de suportes. Nos anos 80, a onda nas instituições foi a microfilmagem, uma tecnologia barata, à época, mas hoje cara por causa da necessidade de manutenção das máquinas.

A digitalização vem para substituir a microfilmagem. Atualmente, segundo o diretor, o AP tem mais de 200 mil imagens digitalizadas. Um número pequeno perto de 4 milhões de documentos.

“Essa digitalização é manual, folha a folha, o documento tem de ser indexado, tem de ter uma síntese com palavras-chaves, datas, quem produziu e para quem produziu. Isso tudo demanda tempo”, diz Léo.

Frequentedor assíduo do espaço, desde sua graduação, o mestrando Valdiron Bastos, 37, conhece a equipe de servidores da casa pelo nome e elogia

o desempenho dos servidores. Atualmente, ele pesquisa sobre o Arsenal de Marinha do Pará, especificamente, a Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros, criada no século 19 para profissionalizar jovens que trabalhavam no abastecimento de navios de guerra, entre outras atribuições.

“O acesso e os funcionários são muito bons. O prédio está restaurado, mas falta investir e ampliar a digitalização, é um processo lento, então, a gente precisa de maior número de servidores, mesmo com cuidado esse acervo vai se deteriorando e essa documentação é essencial para a história, para a construção crítica que a disciplina permite e a preservação dessa documentação numa região tão importante como a Amazônia, é fundamental para que a gente construa um processo crítico mais amplo e um entendimento da nossa cidadania”, disse Voldiron.

Serviço:

→ O Arquivo Público fica na Travessa Campos Sales, 273, entre as travessas Treze de Maio e Manoel Barata.

→ **Horário:** 8h às 15h, de segunda a sexta-feira.

→ **Agendamentos** de visitas em grupos são feitos pelo e-mail apep.secult@yahoo.com.br.

→ **Informações:** (91) 4009-4350.